



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
Rua João Batista Parra 575 - Bairro Praia do Suá - CEP 29052-123 - Vitória - ES

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (TIC) Nº 01/2023 - TRE-ES/PRE/DG/STI/CSGIT/SAGGI**

(este documento deve seguir as orientações da Resolução TRE/ES nº 261/2018)

### **SUMÁRIO**

#### **ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

- 1. Caracterização da Demanda.**
- 2. Especificação dos Requisitos Funcionais.**
- 3. Especificação dos Requisitos Tecnológicos.**
- 4. Identificação e Comparação das Soluções Aderentes aos Requisitos.**
- 5. Indicação da STIC Escolhida.**
- 6. Indicação da Necessidade de Adequação Ambiental**

#### **ANÁLISE DE RISCOS.**

- 7. Identificação dos Riscos.**
- 8. Relação dos Riscos e Ações de Mitigação.**

#### **ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO.**

- 9. Recursos Materiais e Humanos.**
- 10. Descontinuidade do Fornecimento.**

**Anexo A.**

**Anexo B.**

**Anexo C.**

### **ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

[Obrigatório mesmo para prorrogações, art. 19, § único, resolução TRE-ES nº 261/2018]

#### **1. CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA**

##### **1.1. DESCRIÇÃO SUCINTA**

1. Trata-se de contratação de serviço para emissão e validação de certificados digitais, contemplando tipos distintos com características específicas por meio de Autoridade Certificadora para emissão de Certificados Digitais.

##### **1.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

1. **Para certificados digitais A3, pessoa física:** A aquisição do certificado e-CPF se justifica pela necessidade de utilização de assinaturas digitais em aplicações essenciais para o Tribunal, como a

publicação do Diário Eletrônico, o envio da GFIP e assinaturas de processos judiciais eletrônicos, entre outras. Esse certificado é usado para autenticar a identidade do indivíduo na internet, permitindo a realização segura de transações eletrônicas, como assinatura de documentos e acesso a informações financeiras. Algumas instituições também exigem o certificado e-CPF para procedimentos online. É importante destacar que esses certificados são pessoais e intransferíveis, e devido à movimentação natural no quadro de servidores, incluindo a entrada de novas pessoas e mudanças na ocupação de cargos, é fundamental manter um serviço que possibilite a emissão sob demanda de novos certificados;

**2. Para certificados digitais A3, pessoa jurídica, e-CNPJ:** O certificado e-CNPJ é utilizado para autenticar a identidade de uma empresa na internet, permitindo a realização segura de transações eletrônicas, como a assinatura de documentos eletrônicos e o acesso a informações financeiras, entre outras atividades. Algumas instituições exigem esse certificado para a realização de procedimentos online relacionados à atividade empresarial. O certificado do tipo A3 para pessoa jurídica é emitido para o Presidente do TRE/ES e é fundamental para que ele, ou alguém delegado por ele, acesse sites como o Conectividade Social e conceda procurações. Com essas procurações, os servidores (pessoa física) podem utilizar seus certificados A3 e-CPF para acessar os ambientes necessários. Esse tipo de certificado é imprescindível para a realização da outorga de procuração eletrônica a servidores do TRE/ES no “Conectividade Social – ICP”, a fim de permitir o envio mensal obrigatório à Caixa Econômica Federal dos arquivos SEFIP que compõem a GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência). Além disso, o uso desse tipo de certificado é necessário no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP, que permite o registro de penalidades de suspensão ou impedimento de licitar e contratar impostas às empresas, pela via administrativa ou em decorrência de decisões dos juízos eleitorais;

**3. Para certificado Servidor Tipo A1 e-CPNJ:** O certificado Servidor Tipo A1 e-CNPJ é destinado a autenticar a identidade de empresas na internet e permitir a realização de transações eletrônicas seguras. Esse tipo de certificado é projetado especificamente para ser usado em servidores e é altamente recomendado para empresas que precisam proteger informações confidenciais, realizar transações eletrônicas seguras ou estabelecer comunicações seguras com outras empresas ou instituições. O certificado Servidor Tipo A1 é aceito como prova válida de identidade eletrônica pelo governo federal brasileiro. A sua aquisição é justificada pela necessidade de permitir que dados gerados sejam assinados digitalmente em nome da pessoa jurídica do TRE/ES, garantindo a autenticidade e integridade dos dados que serão gerados e transmitidos para a plataforma do e-SOCIAL. A autenticação e a segurança na comunicação entre o usuário e o site são fundamentais para garantir a integridade das informações geradas e transmitidas, o que torna a aquisição deste certificado necessária;

**4. Para contratação de visitas locais:** Com base nas necessidades mencionadas anteriormente, é crucial que os titulares dos certificados recebam seus certificados o mais rapidamente possível. O atendimento local é capaz de agilizar o processo de emissão, reduzindo o tempo de afastamento do servidor de suas atividades. Autoridades, como o Presidente do Tribunal, possuem pouco tempo disponível para realizar deslocamentos somente com o objetivo de emitir certificados. Estima-se que até 10 visitas individuais sejam necessárias para cobrir a maioria das autoridades - Presidente, Corregedor, Magistrados e Diretor Geral - e 10 visitas locais para atender até 23 titulares, cobrindo com folga o total previsto de 225 emissões para pessoas físicas. Com a possibilidade de emissão remota, é razoável e economicamente viável que o Tribunal realize um máximo de 20 previsões de visitas locais. Essas visitas podem ser individuais, para atender autoridades, bem como em lote, para a emissão conjunta de vários certificados e só serão pagas quando efetivamente agendadas pelo gestor contratual. Adicionalmente, emissões remotas de certificados serão autorizadas, conforme orienta a [Instrução Normativa ITI nº 24/2022](#).

**5. Justificativa para o uso de TOKEN USB:** Existem quatro alternativas para a instalação do certificado digital: (1) instalação "sem mídia" diretamente no computador; (2) instalação com "cartão + leitora"; (3) instalação do "e-CPF na Nuvem"; e (4) utilização do "Token USB".

1. A alternativa "sem mídia" não prospera diante da necessidade de portabilidade e dos riscos relacionados à possibilidade de troca de equipamentos. A troca de um equipamento demandaria atividades adicionais para a transferência do certificado para outra máquina, o que oneraria

ainda mais o Tribunal, seja em UST (unidade de serviço técnico), seja no tempo necessário para realizar a transferência, seja, ainda, pela perda de flexibilidade no uso do certificado;

2. A alternativa "cartão + leitora", implica na necessidade de aquisição de leitoras para os usuários do Tribunal, isso, além de onerar ainda mais a instituição, aumenta o risco de descontinuidade, pois passaria a incluir mais um item passível de defeito e manutenção, outro fator que onera o Tribunal;

3. A alternativa "e-CPF na Nuvem" tem alta dependência de recursos externos e de vários fatores que podem dificultar a utilização e aumentar a complexidade, como por exemplo: dependência de uma integração via API que pode não existir em todos os sistemas utilizados pelo Tribunal, dependência de, em alguns casos, de confirmação via celular (iOS ou Android), dependência de uma conexão de internet para acesso do servidor na nuvem que armazena os certificados;

4. A alternativa "Token USB" garante maior portabilidade do certificado, contornando riscos de mal funcionamento de outros periféricos e não onerando a instituição com a aquisição de equipamentos adicionais que aumentariam a complexidade da solução e o custo; garante que o certificado estará disponível, mesmo sem conexão externa e reduz a dependência de softwares adicionais. O uso de "Token USB" reduz a demanda de treinamentos para uso dos certificados, pois é a forma padrão e já conhecida pelos usuários de certificados digitais da instituição. O Tribunal já realiza as aquisições há vários anos, existindo uma quantidade expressiva de empresas no mercado com capacidade de fornecer ao Tribunal. O fornecimento de tokens a partir da Contratada visa garantir de forma antecipada que o dispositivo será compatível com o certificado adquirido, tendo em vista que a compatibilidade deve ser considerada em momento anterior à instalação do certificado;

5. Em resumo, a opção de "Token USB" é a alternativa mais adequada para o Tribunal, já que ela oferece vantagens como maior portabilidade do certificado, disponibilidade mesmo sem conexão externa, redução da dependência de softwares adicionais e redução da demanda de treinamentos para uso dos certificados. Além disso, o Tribunal já tem experiência em realizar aquisições de tokens e existe uma ampla disponibilidade de empresas que podem fornecer o dispositivo. A contratação antecipada de tokens garante a compatibilidade com o certificado adquirido, evitando problemas na instalação. Em resumo, a opção de "Token USB" é a mais segura, eficiente e viável para o Tribunal, em comparação com as outras alternativas.

### 1.3. RESULTADOS (OBJETIVOS)

1. Objetiva-se a obtenção, sob demanda, de uma quantidade determinada de certificados válidos. Estimado em até 225 (duzentos e vinte e cinco) certificados, tipo A3, e-CPF, pessoa física, com validade de 3 (três) anos;
2. A obtenção, sob demanda, de até 2 (dois) certificados válidos, tipo A3, pessoa jurídica, e-CNPJ, com validade de 3 (três) anos;
3. A obtenção, sob demanda, de até 2 (dois) certificados válidos Servidor tipo A1, e-CNPJ, para instalação em equipamento servidor, com validade de 1 (um) ano;
4. A realização de visitas locais para emissão de certificados pessoa física ou jurídica, em caso de necessidade.

## 2. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS FUNCIONAIS

### 2.1. REQUISITOS RELACIONADOS AO NEGÓCIO

1. Manter um contrato continuado que permita a emissão de novos certificados e sob demanda;
2. Permitir a garantia tanto da autenticidade de sites, quanto da segurança da comunicação entre o site e seus usuários por meio da criptografia das informações trafegadas;

3. Permitir que a pessoa jurídica do TRE/ES assine digitalmente documentos e efetive transações via internet com garantia de privacidade, autenticidade, integridade e inviolabilidade;
4. Permitir que pessoas físicas assinem digitalmente documentos e/ou realizem autenticação em sistemas eletrônicos que utilizem a tecnologia de assinatura digital com o uso de certificados digitais.

## **2.2. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO, AMBIENTAIS, CULTURAIS E SOCIAIS**

1. A solução deverá prover manual de operações em língua portuguesa, contendo linguagem clara e objetiva, preferencialmente em formato eletrônico ou em sítio WEB;
2. As mensagens e avisos emitidos pela solução deverão ser em língua portuguesa.

## **2.3. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E GARANTIA**

1. A solução deverá garantir autenticação de usuários prevista dentro da validade do certificado;
2. Caso ocorra algum problema na solução fornecida, a Contratada deverá providenciar a substituição ou correção do(s) certificado(s) fornecidos.

## **2.4. REQUISITOS TEMPORAIS**

1. Tipo A3 e-CPF, pessoa física: validade de **3 (três) anos**, contados a partir da data da emissão;
2. Tipo A3, pessoa jurídica, e-CNPJ: validade de **3 (três) anos**, contados a partir da data da emissão;
3. Tipo Servidor A1 e-CNPJ: validade de **1 (um) ano**, contado a partir da data da emissão.

## **2.5. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

1. Não haverá compartilhamento de dados pessoais controlados pelo Tribunal com a futura contratada;
3. Não haverá acesso de informações sensíveis do Tribunal pela contratada.

# **3. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS TECNOLÓGICOS**

## **3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS**

1. Padrão tipo A3 para pessoas físicas e-CPF: Permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet; Permitir o armazenamento em mídia do tipo Token.
2. Padrão tipo A3 e-CNPJ para a pessoa jurídica TRE/ES: Permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet; Permitir o armazenamento em mídia do tipo Token.
3. Padrão Servidor tipo A1 e-CNPJ para criptografia e assinatura de informações: Permitir a autenticação segura, usando criptografia e assinatura digital, dos usuários cadastrados em sistemas disponíveis na intranet e na internet; Permitir a comunicação entre servidores WEB segura para realizar o estabelecimento de sessões de criptografia com assinatura digital e por meio de protocolos utilizados na WEB; Permitir o armazenamento em dispositivo computador tipo servidor.

## **3.2. ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA**

1. Não há, tendo em vista que os produtos devem ser produzidos utilizando-se padrões bem definidos de forma a permitir a utilização nos sistemas existentes no Tribunal;
2. O fornecimento, em tese, pode ser realizado por diversas empresas e autoridades certificadores, não acarretando qualquer dependência tecnologia.

### 3.3. CARACTERÍSTICAS DE EMISSÃO

1. O processo de emissão do certificado nas autoridades de registros deverá estar em conformidade com as orientações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI – quanto aos procedimentos e documentação exigida;
2. Para os casos em que a utilização dos certificados exija o armazenamento em mídias criptográficas, a contratada deverá fornecer tais mídias;
3. A emissão dos certificados Tipo A3 será realizada no local indicado pelo representante da contratada, na cidade de Vitória/ES;
4. A contratada deverá prever visitas locais para emissão e validação na sede do contratante. Os atendimentos com visita à sede do contratante poderão ser individuais ou para emissão de vários certificados;
5. As emissões poderão ser realizadas na forma remota e de forma excepcional com a autorização da gestão contratual.

### 3.4. COMPATIBILIDADE

1. Todos os certificados deverão possuir compatibilidade com os navegadores WEB: Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome;
2. Todos os certificados deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows 10 e versões superiores.

### 3.5. DE GARANTIA E MANUTENÇÃO

1. O prazo de garantia de correção e atualização do objeto, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, será igual ao período de validade do certificado;
2. A Contratada deverá manter central de atendimento, pelo menos no horário das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

## 4. IDENTIFICAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES ADERENTES AOS REQUISITOS

1. **Solução única** – Serviço de emissão e validação de certificados;
2. **Descrição da Solução**: Solução de Certificação Digital para contratação de empresa para emissão de Certificados Digitais no padrão ICP-Brasil tipos A3, A3 para pessoa jurídica (e-CNPJ), Servidor tipo A1, para Servidor, com fornecimento de mídias criptográficas para autenticação de pessoas físicas e pessoa jurídica que realizam atividades que requeiram assinatura digital eletrônica;
3. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) relaciona as autoridades certificadoras no endereço eletrônico <http://www.iti.gov.br/icp-brasil/estrutura>.

#### 4.1. ADERÊNCIA DA SOLUÇÃO AO MNI

1. Não se aplica à presente contratação.

#### 4.2. ADERÊNCIA DA SOLUÇÃO AO ICP-BRASIL

1. Os certificados devem obedecer às regulamentações estabelecidas na ICP-Brasil.

#### 4.3. ADERÊNCIA DA SOLUÇÃO AO MOREQ-JUS

1. Não se aplica à presente contratação.

## 5. INDICAÇÃO DA STIC ESCOLHIDA

### 5.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

1. Aquisição de certificados conforme requisitos técnicos.

## 5.2. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA

1. É a única solução que contempla os requisitos de segurança do negócio.

## 5.3. ESTIMATIVA DE CUSTO

1. A estimativa inicial para a contratação é de R\$ 13.745,00 (treze mil setecentos e quarenta e cinco reais). Os valores são baseados na última contratação (contratos 0750025 e 0749937, realizados em junho de 2022).

## 5.4. ADERÊNCIA AOS REQUISITOS

1. A aquisição dos certificados é procedimento chave para garantir a segurança em outros processos do Tribunal.

## 5.5. RELAÇÃO ENTRE DEMANDA PREVISTA E A STIC

1. **Para certificados digitais A3, pessoa física:** o quantitativo previsto tem fundamento na necessidade de emissão de certificados digitais para os servidores dos cartórios eleitorais, para alguns servidores da sede e na necessidade de se manter um quantidade reserva para eventuais substituições;

1. A necessidade de operar o PJE mídias motiva a aquisição de um certificado para cada servidor lotado em cartório eleitoral. Em consulta à Seção de Sistemas Processuais (em 01/02/2023) foi informado que a quantidade de servidores do quadro (EFETIVOS e REMOVIDOS PARA ESTE TRIBUNAL) lotados em cartórios são:

| MUNICÍPIO                        | Número de Servidores |
|----------------------------------|----------------------|
| INTERIOR                         | 88                   |
| VILA VELHA                       | 11                   |
| SERRA                            | 10                   |
| VITÓRIA                          | 9                    |
| CARIACICA                        | 8                    |
| Total de servidores em cartório: | 126                  |

2. A gestão contratual do atual contrato de fornecimento de certificados digitais apresentou relatório das emissões dos certificados (em 01/02/2023). Analisando os certificados emitidos e a vencer, tem-se a seguinte tabela, que demonstra que até o terceiro trimestre do ano de 2024, um total de 49 certificados vencerão, logo precisarão de substituição no próximo período contratual.

| Ano    | Trimestre | Certificados a vencer |
|--------|-----------|-----------------------|
| 2023   | Trim1     | 6                     |
|        | Trim2     | 10                    |
|        | Trim3     | 8                     |
|        | Trim4     | 13                    |
| 2024   | Trim1     | 5                     |
|        | Trim2     | 4                     |
|        | Trim3     | 3                     |
| Total: |           | 49                    |

3. Para cobrir as necessidades de substituições, eventuais afastamentos, remoções e outros eventos imprevisíveis, estima-se que um total de 50 certificados é suficiente. Dessa forma, há uma previsão de emissão de certificados de  $126 + 49 + 50 = 225$  certificados.

2. **Para certificados digitais A3, pessoa jurídica, e-CNPJ:** São previstos 1 certificado como principal e mais 1 adicional cobrindo a eventualidade de necessidade de substituição do titular do certificado no Tribunal.

3. **Para certificado Servidor Tipo A1 e-CPNJ:** há necessidade de uma emissão anual, devido à validade do certificado, porém adiciona-se a possibilidade de mais uma emissão para o caso de eventual reemissão do certificado frente à eventual substituição do titular.

4. **Para contratação de visitas locais:** O cálculo aproximado é que sejam realizadas até 10 visitas individuais, cobrindo a maior parte das autoridades – Presidente, Corregedor, Magistrados, Diretor Geral – e 10 visitas locais com atendimento de pelo menos 23 titulares, cobrindo o total previsto de 225 emissões para pessoas físicas. Considerando a possibilidade de emissão de certificados pela via remota, é razoável e economicamente viável, que o Tribunal realize um máximo de 20 (vinte) previsões de visitas locais.

## 5.6 COMPOSIÇÃO DE BENS/SERVIÇOS DA SOLUÇÃO

1. Serviço: Outros. Especificar: Fornecimento de certificados criptográficos com validade definida;
2. A vida útil do certificado é igual à sua validade;
3. Para os casos de A3 e-CPF e A3 e-CNPJ, exige-se a utilização de token para armazenamento.

## 6. PARCELAMENTO DO OBJETO

1. Está previsto 1 lote (itens 1, 2 e 3 do item 1.3 deste ETP). A formação do lote é justificada na vinculação da visita com a emissão do certificado e para que haja mais racionalidade econômica e administrativa na contratação.

## 7. INDICAÇÃO DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

1. Não há adequação necessária nos aspectos de infraestrutura, tecnológica, infraestrutura elétrica, logística de implantação, espaço físico, mobiliário e impacto ambiental.

## ANÁLISE DE RISCOS

### 8. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

1. O certificado não ser emitido corretamente ou não funcionar corretamente quando da utilização.

#### 8.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

1. A partir da emissão correta, não há riscos de dependência tecnológica.

### 9. RELAÇÃO DOS RISCOS E AÇÕES DE MITIGAÇÃO

#### 9.1. ANÁLISE DOS RISCOS

|                      |  |
|----------------------|--|
| <b>RISCO 1</b>       | O certificado não ser emitido corretamente ou não funcionar corretamente quando da utilização. |
| <b>Probabilidade</b> | Baixa  |

| (Alta, média ou baixa) |   |   |
|------------------------|---|---|
|                        | Efeito (Dano)   | *Impacto                                    |
| 1                      | Assinatura digital ou autenticação não ser realizada.   | Alto  |
|                        | <b>Ações de Mitigação e Contingência</b>  | <b>Responsável</b>                          |
| 1                      | Acompanhar a realização de testes logo após a emissão e validação dos certificados.                       | STI/CAD, Gestão e fiscalização do contrato. |
| 2                      | Exigir a reemissão do certificado que, eventualmente, não sejam emitidos ou não funcionarem corretamente. | Gestão e fiscalização do contrato.          |

\*Impacto (Baixo, Médio ou Alto)

## ANÁLISE DE SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

### 10. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

1. Todos os recursos materiais e humanos para emissão/validação dos certificados deverão ser fornecidos pela contratada;

### 11. DESCONTINUIDADE DO FORNECIMENTO

1. Caso o fornecimento dos certificados seja interrompido, sem justificativa aceita pelo contratante, a contratação deverá prever sanções à contratada e a responsabilização civil e criminal por eventuais prejuízos à Administração.

### ANEXO A - LISTA DE POTENCIAIS FORNECEDORES

|   | Fornecedor   |
|---|--|
| 1 | Nome: SERPRO<br>Sítio: <a href="http://www.serpro.gov.br/linhas-negocio/certificacao-digital">http://www.serpro.gov.br/linhas-negocio/certificacao-digital</a><br>Telefone: 08007282323<br>E-mail: <a href="mailto:css.serpro@serpro.gov.br">css.serpro@serpro.gov.br</a>  |
| 2 | Nome: CERTISIGN<br>Sítio: <a href="https://www.certisign.com.br">https://www.certisign.com.br</a><br>Telefone: São Paulo: 3478-9444; demais localidades: 0300-789-2378<br>E-mail: <a href="mailto:comercial@certisign.com.br">comercial@certisign.com.br</a>   |
| 3 | Nome: SERASA EXPERIAN<br>Sítio: <a href="https://serasa.certificadodigital.com.br">https://serasa.certificadodigital.com.br</a><br>Telefone: (11) 3373-7272, 3004 7728, 0800 773 7728  |
| 4 | Nome: VALID CERTIFICADORA DIGITAL<br>Sítio: <a href="http://www.validcertificadora.com.br">http://www.validcertificadora.com.br</a><br>Telefone: São Paulo: 3004-3454; demais localidades: 0800 725 4565<br>E-mail: <a href="mailto:comercial.certificadora@valid.com.br">comercial.certificadora@valid.com.br</a> |
| 5 | Nome: SOLUTI CERTIFICAÇÃO DIGITAL<br>Sítio: <a href="https://site.solutinet.com.br/2015/">https://site.solutinet.com.br/2015/</a><br>Telefone: +55 (62) 39996000   3412-0212   3412-0213   |
| 6 | Para mais autoridades certificadoras consulte:<br><a href="http://www.iti.gov.br/icp-brasil/estrutura">http://www.iti.gov.br/icp-brasil/estrutura</a>  |

Equipe de planejamento da contratação (PORTARIA DG N. 10 - 0904658).



Integrante Demandante: Bueno Borges de Souza (Substituto: Ádamo Batista)

Integrante Técnico: Ádamo Batista (Substituto: Bueno Borges de Souza)

Integrante Administrativo: Marcos Venturott Ferreira (Substituto: Jose Adriani Brunelli Desteffani)

**Vitória, 07 de fevereiro de 2023.**



Documento assinado eletronicamente por **ADAMO BATISTA, Técnico Judiciário**, em 24/02/2023, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VENTUROT FERREIRA, Integrante Administrativo**, em 24/02/2023, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BUENO BORGES DE SOUZA, Integrante Demandante**, em 24/02/2023, às 17:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0905300** e o código CRC **B12ED9E9**.